



Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e um minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) e Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD).

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

A senhora Vereadora Graciete Maria da Conceição Vasco (PS) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 8.

Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
- 1. Projeto da Ata n.º 14/2024 - Reunião ordinária de 19 de junho de 2024**
  - 2. Projeto da Ata n.º 15/2024 - Reunião ordinária de 03 de julho de 2024**
  - 3. Deliberação n.º 547/2024 – Proposta n.º 40/2024 – GAP – Proposta de criação de uma comissão de avaliação da execução do contrato de Concessão da Gestão, Exploração, Manutenção e Fiscalização de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública à Superfície na Cidade de Setúbal e Constituição do Direito de Superfície em Subsolo para a Conceção, Construção em Exploração de 2 Parques de Estacionamento no Subsolo na Cidade de Setúbal, celebrado em 7 de maio de 2021 - RETIRADA**
  - 4. Deliberação n.º 548/2024 – Proposta n.º 107/2024 – DAF/DICOR – Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas do Município de Setúbal | Relatório anual de execução – 2022/2023**
  - 5. Deliberação n.º 549/2024 – Proposta n.º 108/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 39/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 6 meses – Abertura**

6. Deliberação n.º 550/2024 – Proposta n.º 109/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Renovação da concessão do direito de exploração do estabelecimento, designado por “Delice Garden”, sito na Praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal - RETIRADA
7. Deliberação n.º 551/2024 – Proposta n.º 110/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua B do Bairro João Ferreira, em Setúbal
8. Deliberação n.º 552/2024 – Proposta n.º 111/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, n.ºs 59, 61, 63, 65 e 67, e Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 100,102,104 e 106, da União de Freguesias de Setúbal-RETIRADA
9. Deliberação n.º 553/2024 – Proposta n.º 112/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para alienação de dois lotes de terreno, sitos no loteamento do Bairro Afonso Costa, da Freguesia de São Sebastião - RETIRADA
10. Deliberação n.º 554/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DCTUR/DIPRIC – CD-ARICD, Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios – Quota referente ao ano de 2024 - RETIRADA
11. Deliberação n.º 555/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DRH/DIDEC – Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente – Alteração à composição
12. Deliberação n.º 556/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DRH/DIGAT – Realização de novas diligências no âmbito do processo disciplinar n.º 4/2023
13. Deliberação n.º 557/2024 – Proposta n.º 110/2024 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal – Apoio financeiro
14. Deliberação n.º 558/2024 – Proposta n.º 111/2024 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2025 – Datas de realização
15. Deliberação n.º 559/2024 – Proposta n.º 112/2024 – DCDJ/DIDES – Associação de Dança Desportiva – Pedido de apoio financeiro
16. Deliberação n.º 560/2024 – Proposta n.º 113/2024 – DCDJ/DIDES – Clube de Ginástica de Portugal – Apoio financeiro
17. Deliberação n.º 561/2024 – Proposta n.º 114/2024 – DCDJ/DIDES – Associação Ritmus Bounce, Academia de Dança Desportiva para a participação de uma prova de dança desportiva – Pedido de apoio financeiro
18. Deliberação n.º 562/2024 – Proposta n.º 186/2024 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia sobre a viabilidade de realização de operação urbanística com impacte relevante - Processo n.º 13/24
19. Deliberação n.º 563/2024 – Proposta n.º 187/2024 – DURB/DIGU – Licença de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 3/74 - Processo n.º
20. Deliberação n.º 564/2024 – Proposta n.º 188/2024 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa MORNING PERSPECTIVE, Lda. - Processo n.º 21/21
21. Deliberação n.º 565/2024 – Proposta n.º 189/2024 – DURB/DIGU – Retificação da deliberação de câmara n.º 762/2023 de 07 de junho e minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa construções Manuel Rodrigues Gomes, Lda.
22. Deliberação n.º 566/2024 – Proposta n.º 190/2024 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa NELSON LOPES – Construções e Promoção Imobiliária Unipessoal, Lda. - Processo n.º 1111/21
23. Deliberação n.º 567/2024 – Proposta n.º 191/2024 – DURB/DIMOT – Estacionamento para uso privativo - 1 lugar, na Av. Dr. António Rodrigues Manito

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 11;

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que houve uma denúncia efetuada na última sessão da Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, que a Junta de Freguesia estaria a enterrar entulho e outros detritos em zona de reserva na zona de sapal.

Questionou se o executivo tinha conhecimento da situação e o que fez no sentido de averiguar aquele tipo de intervenção e se estava de acordo com aquilo que eram as regras ambientais para aquela área.

Disse que a Instituição Casa, em Azeitão, utilizava um armazém num espaço contíguo às instalações operacionais da Junta de Freguesia de Azeitão. O referido armazém tinha sido vendido num processo de execução fiscal e a instituição recebera uma ordem de despejo, devendo sair do armazém até ao passado dia 30.

Disse terem a informação de que a Câmara Municipal cedeu e bem, apesar de ainda não ter sido deliberado em reunião de câmara, um espaço na zona do Choilo para a instituição poder manter a sua atividade e mantivesse o apoio que prestava a cerca de 80 famílias, perto de 200 pessoas, cuja alimentação dependia daquilo que era o apoio da Casa em Azeitão.

Segundo o executivo da União de Freguesias de Azeitão, o espaço a ceder pelo município no Choilo ainda não podia ser ocupado, porque ninguém sabia da chave.

Questionou se a declaração por parte do executivo correspondia à verdade e se não haveria no quadro operacional da Câmara alguém que soubesse arrombar uma fechadura, para fazer a substituição da fechadura e atribuir o espaço à instituição, cujo apoio dependiam indiretamente cerca de 200 pessoas.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que receberam uma comunicação do público a dar nota que havia um valor em dívida de 2.333,00 €, cujo prazo médio de pagamento era superior a 150 dias, não havendo possibilidade de dar a uma previsão de pagamento. Gostariam de perceber qual era o ponto de situação.

Disse que receberam várias comunicações de municípios, que no Jardim da Algodeia existiam imensas ratazanas, sendo necessário investir mais na higiene urbana, naquela zona. Disse que trouxeram várias questões relativamente àquele tipo de situação e os municípios tinham-se queixado em vários locais da cidade.

Na sequência daquilo que tinha sido apresentado na última sessão da Assembleia de Freguesia de São Sebastião, relativamente ao Cemitério da Nossa Senhora da Piedade, questionou o que já era feito relativamente ao estado de abandono do cemitério.

Questionou qual era a execução do Plano de Formação dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Disse que gostaria de deixar algumas reflexões sobre as intervenções de alguns municípios na última Assembleia Municipal. Um dos municípios referira-se ao programa que tinha sido feito e que a senhora vice-presidente dera nota de que viria o relatório do projeto-piloto das atividades feitas no verão, aos alunos com necessidades educativas especiais.

Questionou se não tinha sido solicitado à empresa promotora um relatório. Normalmente as empresas quando promoviam aquele tipo de atividades elaboravam um relatório, para além daquele que deveria ser o relatório interno da Câmara Municipal, para poder avaliar a pertinência do projeto.

De acordo com a proposta da senhora Vice-Presidente, a Câmara Municipal tinha a intenção de continuar com aquele programa, pelo que questionou o que estaria a ser feito, no sentido de que seria bom que o programa não começasse a ser pensado uma ou duas semanas antes de estarem confrontados com a referida necessidade.

Questionou se já tinha havido reunião com a munícipe Catarina, no sentido de agilizar e tentar resolver a questão da família. Caso alguém tivesse sugerido que aquela criança ficasse o ano letivo em casa, seria grave, porque teriam que formar as pessoas e não bastava encaminhar para a DGESTE.

A escola tinha que ter um papel mais ativo, porque, por vezes, encaminhavam os munícipes para os órgãos públicos e as pessoas ficavam perdidas.

Questionou o que era feito, porque percebeu haver uma intenção de criar uma equipa multidisciplinar na sequência das reuniões que existiram com os pedopsiquiatras do Centro Hospitalar de Setúbal.

Referiu que na última década tinha-se falado mais daquilo que era o espectro do autismo, mas já havia muita investigação e já se sabia muito sobre o autismo.

O ISCTE tinha um núcleo que se dedicava exclusivamente ao estudo da deficiência, mas muitas vezes estavam afastados daquela realidade e não contactavam com aqueles profissionais, mas sabia existirem estudos e várias propostas em várias dimensões. O caminho que tinham a fazer, porque havia cada vez mais crianças, exigia uma adaptação.

Deixava aquela sugestão, porque havia quem se dedicasse todos os dias a investigar e a procurar respostas para aquelas problemáticas.

Disse que passado um ano continuavam sem ter a aprovação do Regulamento do IMT Jovem e esperava que fosse na próxima reunião de câmara.

**Sra. Vice-Presidente** – Começando pela questão das pragas, informou a senhora Vereadora que tinham uma prestação de serviços para espaços públicos e saneamento e tinham uma prestação de serviços para equipamentos municipais e edifícios municipais.

Disse que foi uma atualização que fizeram no último contrato, um contrato único para o espaço público, o saneamento, edifícios, escolas e mercados. Referiu que fizeram a sua separação no sentido de poderem dar uma melhor resposta, sendo que o contrato iniciou em final de abril e já tinham feito uma passagem por todas as freguesias para chegar a todos os espaços.

Referiu existirem espaços que identificavam como mais prioritários, tendo em conta que havia sítios do concelho onde tinham saneamento unitário e com alguma idade, acarretando sempre mais problemas e acumulando certas pragas. Outro problema que existia, especialmente nos jardins, estava relacionado com os animais existentes, porque sempre que colocavam produtos para eliminar certos animais teriam que perceber existirem outros animais que coabitavam naqueles espaços. Muitos dos animais que estavam no jardim da Algodeia passeavam até ao jardim do Bonfim, razão pela qual precisavam de ter algum cuidado.

Disse que iria ver com a responsável dos jardins a questão que a senhora vereadora colocou para poderem fazer a desratização sem prejudicar os outros animais, nomeadamente os patos.

Relativamente à questão do cemitério, disse que não reconhecia nenhum estado de abandono no cemitério, a única coisa que lhe poderia identificar é que houve um jazigo que abatera há 2 semanas. Os jazigos eram concessões perpétuas e de propriedade própria. Disse fazerem notificações quando verificavam que o património ficava degradado. Os proprietários daqueles jazigos foram notificados em 2019, não se conseguia encontrar quem eram os donos e em determinada altura uma parte do teto do jazigo abateu e as urnas sofreram com a situação. De imediato retiraram todas as urnas que estavam no jazigo,

ficando à guarda da Câmara Municipal e voltaram a notificar o proprietário, caso a notificação não resultasse teriam que ver juridicamente se o jazigo poderia passar à posse da Câmara Municipal, para poder ser objeto de concessão. Quando os jazigos tinham uma determinada idade poderiam passar para a Câmara Municipal, mas ainda não era aquele o caso.

Referiu que não quiseram arriscar dado o estado de deterioração que poderia partir mais um pouco da cobertura e causar outros danos.

Relativamente ao plano de formação, referiu terem sempre um plano de formação anual, estando naquele momento em fase de diagnóstico para o ano de 2025. Referiu que foram feitas muitas horas de formação e normalmente tinham sempre formação inicial quando os trabalhadores entravam na câmara, para além de outro tipo de formação que era feito ao longo do tempo. A preocupação foi a formação obrigatória para o desempenho de determinadas tarefas, tal como Bombeiros Sapadores, utilizadores de motosserras, roçadoras, motoristas, tratorista, todas as profissões que envolviam para além de um risco associado e que envolviam uma certificação obrigatória.

Existia um regulamento de formação interna, constituído por uma bolsa de formadores internos, onde eram agendadas as formações, sendo constituído pelos próprios trabalhadores que faziam formação aos seus colegas. Tratava-se de uma prática na câmara há muito tempo. Mencionou que não tinha naquele momento em poder os números de quantas ações, de quantas horas foram realizadas, mas seria fácil pedir aos Recursos Humanos para darem a informação.

Disse existir a vertente da formação externa em áreas muito específicas, porque a Câmara Municipal não tinha capacidade de fazer a formação através dos seus formadores internos, sendo proposto cursos de formação tratados externamente, em que a câmara assumia os seus custos.

Referiu terem as vertentes da formação interna, a formação inicial que era dada pelas técnicas de higiene e segurança no trabalho e depois tinham a vertente da formação externa, tendo em conta a natureza da sua atividade, cujos funcionários se propunham para a realização de determinadas formações.

Na Administração Pública a legislação estava sempre a mudar e era necessário que os trabalhadores estivessem atualizados.

Fazendo a ponte com a questão da Assembleia Municipal e das crianças com necessidades educativas, a questão da formação também era muito importante.

Na segunda-feira tivera a oportunidade de reunir com o senhor presidente do conselho de administração da ULSA, Dr. Luís Pombo, com a senhora enfermeira chefe Violante e com a senhora enfermeira Raquel, no sentido de tratarem de situações específicas que aconteciam nas escolas, relativamente a crianças com necessidades educativas específicas. Uma das questões abordadas ao conselho de administração foi a hipótese de ser ministrada formação às trabalhadoras assistentes operacionais das escolas, que pouca formação tinha naquela área e que fosse uma formação certificada, para as mesmas sentirem segurança, fossem valorizados e habilitadas para poderem exercer funções específicas para com as crianças.

Verificou-se que o Centro Hospitalar tinha certificação até com algumas microcredenciais que desenvolvera ao longo do tempo, verificando-se a possibilidade de poderem integrar as suas trabalhadoras, nomeadamente aquelas que trabalhavam nos centros de apoio à aprendizagem, para uma formação específica com as referidas enfermeiras e com os recursos do hospital. Apesar de o hospital ter as suas dificuldades, no entanto, acolheram tudo aquele processo com enorme interesse, pelo que seria uma ação que iria avançar.

Disse que reuniram com a equipa de pedopsiquiatras do concelho, dada a necessidade em tratar questões de saúde mental nas escolas, tanto naquilo que se referia ao ambiente escolar e ao percurso dos alunos, como também aos trabalhadores das escolas que estavam sempre sujeitos a uma enorme pressão. A reunião foi no sentido de poderem desenvolver projetos em conjunto que visasse prevenir situações de saúde mental nos seus estabelecimentos. Aquela equipa foi formada recentemente.

Antes de janeiro apenas existia uma médica pedopsiquiatra, mas fizeram uma candidatura ao PRR e naquele momento já tinha sido constituída uma equipa multidisciplinar, para poderem



junto das escolas, quer no acompanhamento aos jovens e crianças, quer depois numa vertente mais preventiva para que no futuro não estivessem a falar de tratamentos em vez de prevenção.

A equipa multidisciplinar era constituída por enfermeiras, por terapeutas, por psicólogos e por médicos que já estavam no terreno a fazer o seu trabalho.

Convidou a referida equipa a participar na reunião da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, para que se pudessem estabelecer parcerias.

Disse existir muita investigação, mas muitas das escolas não estavam apropriadas para a investigação e muitas das práticas situavam-se em escolas que não estavam de acordo com a legislação. Precisavam de olhar para a legislação que existia naquela matéria e o Ministério da Educação tinha que adequar recursos para poderem cumprir aquela legislação, não podiam ter uma legislação avançada e depois ter uma escola que não conseguia responder. Tratava-se de um processo que já vinha desde alguns anos e as respostas não foram aquelas que gostariam que fossem, não só o município, mas também a própria escola, os professores e os assistentes operacionais, assim como os próprios pais que precisavam de respostas, porque eram eles os principais interessados na resposta.

Aquele trabalho iria dar os seus frutos, porque só com aquelas parcerias conseguiriam abrir as escolas àquela realidade.

Referiu que já tinha sido marcado uma reunião do Conselho Municipal de Educação para tratarem daquelas questões e também para tratarem de uma proposta feita por um município, no sentido de poderem integrar representantes da educação especial no Conselho Municipal de Educação.

Relativamente ao projeto-piloto, os nossos técnicos fizeram a avaliação, iriam marcar a reunião com os pais que participaram. A ideia era conseguir alargar aos outros centros de apoio à aprendizagem que existiam no concelho, que eram vários e todos eles tinham crianças com aquelas necessidades.

Disse que poderiam desenvolver outras parcerias com o Instituto Nacional de Reabilitação. A interrupção do Natal naquele ano era muito pequena, as aulas terminavam tardiamente e começavam cedo, mas na Páscoa poderiam tentar avançar e fazer um programa que fosse sistemático para as pessoas saberem que se tratava de uma realidade.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que desconhecia a situação da dívida dos 150 dias e depois transmitiria a respetiva informação.

Informou o senhor Vereador Joel Marques, relativamente às deposições na Freguesia da Gâmbia, que o Presidente da Junta respondeu na Assembleia Municipal sobre o assunto. Sabia que a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra faziam repetidas intervenções de manutenção na zona do Pontal dos Musgos, um espaço de lazer para as populações.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não se fazia a manutenção de um parque de merendas enterrando entulho pelo caminho. A questão prendia-se precisamente com o método escolhido para manter transitável aquela estrada. Falavam de um espaço que ficava na área de proteção da Reserva Natural do Estuário do Sado. Enterrar entulho ou outro tipo de resíduos, que segundo o senhor presidente de junta referira-se a betão triturado, que por defeito da trituradora estavam misturados uns tubos de plástico, que ficavam enterrados, para além das terras vindas de outros pontos da freguesia, nomeadamente da Quinta da Amizade. Não estariam a falar de uma mera intervenção de manutenção de uma estrada de um parque de merendas, falavam daquilo que poderia ser um crime ambiental e foi naquele sentido que colocara a questão.

**Sr. Presidente** – Disse que um crime ambiental tinha a sua gravidade e deveria ser ponderada na forma como utilizavam a expressão. De acordo com a intervenção do senhor presidente da Junta de freguesia na Assembleia Municipal, tudo aquilo decorria no conjunto de preocupações e de iniciativa da própria junta de freguesia, no sentido de garantir a



acessibilidade ao espaço de lazer da população. Desconhecia se as terras que vinham de outra freguesia.

Mencionou que o senhor Presidente da Junta continuava a fazer um trabalho que fez ao longo de anos, garantindo a melhor acessibilidade na travessia da Herdade da Gâmbia e garantindo a manutenção do espaço público. Disse que poderia pedir à fiscalização da Câmara Municipal para verificar melhor.

Relativamente à questão da instituição “Casa de Azeitão”, informou que o adquirente daqueles armazéns onde funcionava a instituição decidira dar um prazo para a saída da instituição. Naquelas situações a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia intervieram, avaliando as condições, tendo em conta a urgência da sua resolução.

Disse que se deslocou ao Choilo, para verificar as condições de umas instalações municipais, para que numa primeira fase a instituição pudesse funcionar em condições mínimas. Disse existir um contacto permanente entre a Câmara Municipal, a senhora presidente da Junta de Freguesia e a própria instituição.

Disse que foi marcada uma reunião para sexta-feira, com o intuito de verificar as condições das instalações que poderia ser disponibilizada, encontrando a solução urgente, tendo em conta o serviço que era prestado.

Referiu que não se encontrava rapidamente um espaço com as características que eram necessárias, mas haveria a possibilidade de uma instalação precária com os equipamentos, com alguma adaptação, dando tempo para encontrar uma solução definitiva.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que poderia fazer chegar o e-mail que o público lhes fizera chegar. Citando uma resposta da própria Câmara Municipal e admitindo que o senhor Presidente não tivesse conhecimento “*O Município está com um prazo médio de pagamento superior a 150 dias, lamentavelmente ainda não conseguimos dar uma previsão de pagamento*”, referiu que certamente haveria de existir nota daquela situação.

Informou a senhora Vice-Presidente que seria interessante que conhecessem o projeto que a Junta de Freguesia de Benfica desenvolvera no âmbito da formação dos técnicos operacionais junto das escolas, dos quais obtiveram um resultado muito positivo, podendo ser uma opção bastante interessante e talvez mais célere.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse ter alguns dados que poderiam ser interessantes relativamente à formação dos trabalhadores. De acordo com os números que estavam no Balanço Social de 2023, foram desenvolvidas 144 ações de formação, com 956 participantes e com mais de 11 mil horas de formação.

O Balanço Social certamente estaria disponível no site da Câmara Municipal, assim como outras informações.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 12 e 13:

#### **“Saudação**

##### ***Aniversário da Associação Cultural e Desportiva “Juventude Azeitonense”***

*71 anos depois, a Associação Cultural e Desportiva “Juventude Azeitonense” continua a contribuir ativamente para o desenvolvimento desportivo do nosso concelho através da formação de atletas de diferentes modalidades.*

*Contudo, é especialmente no domínio do hóquei em patins e da patinagem artística que este trabalho mais se evidencia, e em que a coletividade de Vila Nogueira de Azeitão mais fortalece um relevante significado junto das crianças e jovens.*

*É fundamental que saibamos olhar para o movimento associativo com apurado sentido de parceria para que a promoção da cultura e do desporto continue a ser um imperativo municipal que dota a nossa cidade de um inestimável valor acrescentado e a todos os setubalenses gozija.*



*Nesta ocasião em que comemoramos o 71.º aniversário do “Juventude Azeitonense” que se celebrou ontem, dia 1 de outubro, não poderíamos deixar de agradecer o empenho e dedicação de todos os seus atletas, associados e dirigentes, desejando a continuação de um bom trabalho e muito sucesso.”*

**“Saudação  
Aniversário Clube Desportivo “Os Pelezinhos”**

*O Clube Desportivo “Os Pelezinhos” foi fundado há 43 anos por um grupo de amigos que residiam nas imediações da Praça do Brasil e que se uniram para fundarem uma equipa de futebol.*

*E dessa enorme força de vontade nasceu um clube desportivo de enorme significado na cidade de Setúbal. Ainda mais que um clube desportivo, “Os Pelezinhos” são um símbolo incontornável do desporto setubalense, mas também de comprometimento com a causa social e a responsabilidade cívica e humana.*

*Desde a sua fundação, em 1981, este notável “clube de bairro” tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cultura, do desporto e da recreação, enquanto se concentra na formação desportiva que contribui para a educação social dos jovens.*

*A história do Clube Desportivo “Os Pelezinhos” é marcada por um compromisso inabalável com a parte social e humana. Ao longo dos anos, “Os Pelezinhos” têm dado um contributo significativo para a formação dos jovens, trabalhando em colaboração com as famílias e acompanhando o desempenho escolar dos seus atletas. Além disso, tem desempenhado um papel crucial no acompanhamento de jovens que vivem em ambientes de risco, demonstrando um profundo sentido de responsabilidade social.*

*Não podemos deixar de destacar o impressionante número de mais de 9000 jovens que passaram pelas fileiras do Clube Desportivo “Os Pelezinhos” desde a sua fundação. Esse é um testemunho da dedicação incansável do clube em proporcionar oportunidades, orientação e apoio aos jovens da comunidade, preparando-os para um futuro mais brilhante.*

*Neste momento de celebração, é importante reconhecer o impacto positivo que o Clube Desportivo “Os Pelezinhos” teve ao longo de todos estes anos. A sua dedicação à formação, ao desporto e ao bem-estar da juventude merece o nosso respeito e gratidão enquanto comunidade, pelo que não podíamos deixar de saudar este clube por ocasião do seu 43.º aniversário, que se assinalou no último dia 27 de setembro.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 14:

**“Moção  
Implantação da República Portuguesa**

*A Implantação da República é um marco incontornável na nossa história, lembrando-nos sempre da importância de lutar pelos ideais de justiça e democracia.*

*Os princípios do republicanismo começaram a tomar forma em Portugal nas últimas décadas do século XIX, e ganharam um impulso crucial após o traumático episódio do Ultimato britânico. A partir de 1900, os ideais de igualdade e justiça da República começaram a ser disseminados de forma sistemática. Seja nos Centros Republicanos, seja em comícios que reuniam milhares de pessoas, a mensagem republicana encontrava eco, especialmente entre os setores insatisfeitos da população portuguesa, principalmente nas áreas urbanas.*

*A “família republicana,” composta por várias tendências dentro do partido Republicano Português, apresentava uma notável heterogeneidade. Essa diversidade refletiu-se na reação ao regicídio de 1 de fevereiro de 1908, com muitos republicanos distanciando-se publicamente do assassinato do Rei e do príncipe herdeiro. Para eles, esse evento foi um revés para a causa republicana. No entanto, a deterioração da situação política, agravada por esse trágico acontecimento, acabou favorecendo conspirações e movimentos que conduziram à proclamação da República.*

*A Implantação da República Portuguesa, a 5 de outubro de 1910, não foi apenas a mudança de um regime, mas sim a realização de um projeto de renovação profunda na sociedade portuguesa. Antes mesmo de se tornar um regime, a República era uma ideia que se propagava com vigor.*

*5 de outubro de 1910 marcou o início de uma nova era em Portugal, onde os valores republicanos de igualdade, liberdade e justiça passaram a guiar o destino do país. Foi o resultado do esforço e da paixão de muitos que acreditavam na necessidade de uma mudança profunda na sociedade portuguesa e que ainda hoje assinalamos, para que nunca se esqueça.”*

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 15 a 19:

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Clube Desportivo ‘Os Pelezinhos’**

*O Clube Desportivo ‘Os Pelezinhos’ celebrou o seu 43.º aniversário no passado dia 27 de setembro.*

*Fundado em 1981, com o objetivo de promover iniciativas de âmbito cultural e desportivo, tem desenvolvido um importante trabalho junto da comunidade, em especial junto das crianças e jovens Setubalenses, através da promoção da prática desportiva de âmbito formativo, contribuindo assim não só para o desenvolvimento das suas competências desportivas, mas também para o seu desenvolvimento integral enquanto cidadãos.*

*Tem demonstrado desempenhar um papel determinante para o desenvolvimento do território, atuando como um membro valioso do movimento associativo Setubalense e um parceiro fundamental do poder local, para a promoção da participação cívica, da qualidade de vida e do bem-estar das populações.*

*Apesar da sua atividade ser maioritariamente de âmbito desportivo, ‘Os Pelezinhos’ procura aliar-se a diversas causas, como é exemplo a recolha de bens que decorreu durante setembro, de forma a dar resposta às necessidades que surgiram com os inúmeros incêndios que fustigaram o centro e o norte do país.*

*Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido por esta entidade, bem como o seu impacto na via dos mais de 9000 jovens que por ela já passaram, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Desportivo ‘Os Pelezinhos’, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense**

*No passada terça-feira, dia 1 de outubro, a Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense celebrou o seu 71º aniversário.*

*Fundada em 1953, a Associação tem contribuído significativamente para o desenvolvimento desportivo do nosso Concelho, em especial da Freguesia de Azeitão, através da promoção da prática desportiva das modalidades de hóquei em patins e patinagem artística nas vertentes formativa e competitiva.*

*Apesar dos inúmeros obstáculos enfrentados ao longo das suas muitas décadas em atividade, superados pela força, dedicação e empenho dos muitos intervenientes que fazem a Juventude Azeitonense, a Associação conseguiu constituir-se enquanto um importante membro do movimento associativo e comunidade Setubalenses.*

*O movimento associativo desempenha assim um papel determinante para o desenvolvimento dos territórios a nível local, sendo uma das maiores expressões de cidadania e participação cívica dos cidadãos, que se unem para trabalhar, de forma voluntária, por um objetivo em comum, tornando-se verdadeiros atores de transformação social dos seus bairros, freguesias e cidades.*

*Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, que reconhecem a relevância e impacto da atividade desenvolvida por esta entidade, saúdam e felicitam a Associação*

*Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Núcleo de Bicross de Setúbal**

*Fundado em 2000, o Núcleo de Bicross de Setúbal celebrou o seu 24.º aniversário no dia 19 de setembro.*

*Assinalou 24 anos de importantes e significativos contributos para o desenvolvimento desportivo do Concelho de Setúbal, tendo-se consolidado, ao longo desse tempo, enquanto um importante membro do movimento associativo e comunidade Setubalenses.*

*Apesar de ter sido criado tendo como principal objetivo a promoção da prática desportiva da modalidade BMX Race, a sua atividade não se cinge apenas a isso. O Bicross tem se destacado também no panorama cultural do Concelho, principalmente pela sua participação naquela que é uma das mais importantes manifestações tradicionais da cultura Setubalense, o concurso de Marchas Populares de Setúbal, mas também em diversos certames celebrados no concelho, como a Festanima.*

*No entanto, é na modalidade de BMX Race que se destaca, com inúmeros dos seus atletas a alcançar, época após época, o pódio em competições a nível distrital e nacional.*

*Reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local, enquanto parceiro indispensável do poder local democrática para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, através do seu trabalho em áreas como a cultura, o desporto e a juventude, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Bicross de Setúbal, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol**

*Fundado em 2016, o Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol assinalou o seu 8º aniversário no dia 30 de setembro.*

*O núcleo, que tem como principal objetivo promover os interesses individuais e coletivos dos seus associados, integra a Associação Nacional dos Treinadores de Futebol, uma associação sindical, que representa os treinadores portugueses e estrangeiros, seus associados, que exercem a sua atividade em Portugal.*

*Tem, desde a sua fundação, procurado contribuir para o desenvolvimento desportivo da região, nomeadamente através da formação de treinadores, representando, defendendo, promovendo e valorizando os interesses da classe dos Treinadores de Futebol e Futsal do Concelho e Distrito de Setúbal.*

*Através da sua atividade, consolidou-se também enquanto um importante membro ativo do movimento associativo Setubalense, com fortes ligações às restantes associações, clubes e núcleos, em especial àqueles que procuram também promover a prática desportiva das modalidades de futebol e futsal.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol, órgão sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

#### **“Saudação**

##### **Miguel Lourenço distinguido pela Ordem dos Engenheiros com Prémio Especialidades – Engenharia Civil**

*Miguel Sérgio Lourenço, docente do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), foi distinguido na gala dos Prémios Nacionais da Ordem dos Engenheiros (OE), com o Prémio Especialidades – Engenharia Civil.*

*Criado com o objetivo de valorizar a profissão e externalizar a qualidade da engenharia portuguesa, o galardão foi entregue pela primeira vez este ano.*

*Para além de professor adjunto convidado no IPS, Miguel Lourenço é também engenheiro civil e investigador na área de Estruturas, tendo sido reconhecido pelo seu contributo excecional nesta área de atuação da engenharia.*

*Em 2023, participou na Missão Portuguesa de Reconhecimento de Danos dos Sismos na Turquia, onde integrou uma equipa de especialistas portugueses que se deslocou a algumas das regiões mais danificadas, para recolher dados dos variados impactos do sismo a curto e longo prazo.*

*Foi uma missão conjunta composta por membros da academia, da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica e de empresas.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Miguel Lourenço pela distinção, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido no âmbito da investigação e educação na área da Engenharia Civil.”*

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 14/2024 - Reunião ordinária de 19 de junho de 2024**

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que não tinham nenhum obstáculo à aprovação da ata n.º 14, correspondente à reunião ordinária do dia 19 de junho de 2024, mas tinham um obstáculo ao voto favorável à ata n.º 15, que já tiveram ocasião de comunicar naquele dia, via correio eletrónico, porque durante os pronunciamentos relacionados com a saudação às marchas populares de Setúbal 2024, a senhora Vereadora Patrícia Paz tinha feito uma declaração que não constava da ata, mas que era possível comprovar através da análise da gravação. De acordo com a proposta da sua bancada ou deixavam a ata para outro dia ou haveria um compromisso de que se iria introduzir e nesse caso não haveria obstáculo à aprovação da ata.

Intervenção inaudível.

**Sr. Presidente** – Disse que tinha havido uma retificação a qual já tinha sido dada conhecimento à senhora Vereadora Patrícia Paz.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que não haveria nenhum obstáculo à aprovação da ata.

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Projeto da Ata n.º 15/2024 - Reunião ordinária de 03 de julho de 2024**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

**3. Deliberação n.º 547/2024 – Proposta n.º 40/2024 – GAP – Proposta de criação de uma comissão de avaliação da execução do contrato de Concessão da Gestão, Exploração, Manutenção e Fiscalização de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública à Superfície na Cidade de Setúbal e Constituição do Direito de Superfície em Subsolo para a Conceção, Construção em Exploração de 2 Parques de Estacionamento no Subsolo na Cidade de Setúbal, celebrado em 7 de maio de 2021 - RETIRADA**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 20.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Questionou qual seria a periodicidade de reuniões que iriam propor para a comissão reunir, se iriam produzir relatórios, atas, com que periodicidade lhes iria ser dado conhecimento e qual seria a sua dinâmica.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a comissão, pela sua composição, não seria apenas técnica, seria uma comissão que também iria fazer uma apreciação política, daí ser integrada pela senhora vereadora Rita Carvalho. A própria fundamentação da proposta apontava no sentido que a comissão não pretendia apenas fazer o simples acompanhamento daquilo que seria o contrato. Afirmava-se que *“A função de tal comissão será de resolução consensual da conflitualidade existente”*. Um reconhecimento de que, eventualmente, quando avançaram para um processo de litigância, avançassem sem ter as bases totais para seguir aquele caminho. Referia a proposta que *“Pretende desta comissão fazer a avaliação da execução contratual até ao momento de esclarecimento e de consenso das partes, mas também avaliar a execução contratual futura, a discussão e aprovação das modificações ao contrato que eventualmente fossem necessárias para contribuir para a sua concretização em linha com o interesse público e dentro dos limites legais à modificação dos contratos administrativos”*. A sua bancada entendia que aquele fundamento era mais do que suficiente para que comissão integrasse um elemento de cada uma das bancadas da oposição da Câmara Municipal. Caso a bancada do PSD entendesse, também deveria indicar um elemento, a sua bancada pretendia integrar a comissão e fazer o seu acompanhamento.

Disse que não fazia sentido que a oposição fosse pura e simplesmente confrontada com decisões já tomadas, particularmente no que se referia à possibilidade de modificação dos contratos, já como aconteceu no ano em curso, pelo que pretendia fazer parte daquele processo desde o início da sua discussão.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que estava designado naquela proposta que se realizasse uma primeira reunião onde os membros da Comissão pudessem propor posteriormente sucessivas reuniões e com trabalho a desenvolver. Disse que deveriam conferir liberdade à Comissão, para ser a própria a elaborar um programa de trabalho para atingir os objetivos que estavam na proposta.

Mencionou que naquele tipo de reuniões era normal elaborarem uma ata, as quais estariam disponíveis, para que todos pudessem conhecer tudo aquilo que fossem as propostas que resultassem das reuniões e das posições que os representantes da Câmara Municipal e os representantes da empresa entendessem propor.

Referiu falarem de um processo de avaliação, tendo em conta aquilo que seriam as propostas apresentadas pela empresa, no sentido da conciliação e fazerem um trabalho que fosse ao encontro dos interesses das duas partes. Os representantes da Câmara só tinham que defender o interesse público e aquilo que seriam os objetivos do interesse público que estavam expressos no próprio contrato. Disse que a ideia era deixar alguma liberdade para que numa primeira reunião se pudesse estabelecer nos termos do diálogo e a disponibilidade das partes para atingir os objetivos que estavam identificados na proposta.

Informou o senhor Vereador Joel Marques que a gestão daquele contrato era da responsabilidade de quem tinha a gestão da Câmara Municipal. Tratava-se de uma iniciativa da Câmara Municipal no sentido de criar as melhores condições para que se pudesse fazer a gestão daquele contrato, no âmbito de todas as questões discutidas na Câmara Municipal, sendo aquele o caminho. Disse que não haveria necessidade e justificação para uma comissão daquele tipo, incluir vereadores de outras forças políticas que não tinham a responsabilidade da gestão daquele contrato.

Certamente que as forças políticas tinham a responsabilidade e o empenho devido, em respeito pelas populações que os elegeram, de fazer tudo aquilo que estava ao seu alcance para fazer cumprir o contrato ou as alterações que fossem consideradas.

A gestão daquele contrato era da responsabilidade de quem tinha a gestão do município, por essa razão não via nenhum interesse e possibilidade que isso pudesse acontecer, na perspetiva que o senhor vereador colocara. O executivo da CDU não disse que era incapaz de gerir aquele contrato.

Referiu que estava em causa um reconhecimento de conflitualidade que era pública e nas discussões existentes entre as forças políticas representadas na Câmara Municipal, naturalmente que estariam identificados um conjunto de questões que deveriam ser prosseguidas, até porque elas correspondiam àquilo que estava no contrato ou às alterações que pudessem ser colocadas no contrato.

Mencionou ser importante da parte da Câmara Municipal que a referida comissão tivesse uma composição técnica, mas também uma composição da representação do próprio executivo, para que houvesse alguma capacidade de decisão no avanço dos trabalhos, por essa razão, também, se pedia que da parte da empresa houvesse também alguém que auxiliasse no prosseguimento dos trabalhos.

A ideia era criar as condições com a nomeação da comissão, para que houvesse de ambas as partes quem pudesse decidir sobre o avanço dos trabalhos.

Disse que não haveria nenhuma decisão que não pudessem deixar de ser apreciadas em reunião de câmara. Os senhores Vereadores da Câmara Municipal teriam a garantia, tal como aconteceu, quando houvesse alterações que estivessem relacionadas com o incumprimento do contrato as mesmas seriam apreciadas em reunião de câmara e antes disso os senhores vereadores poderiam solicitar as atas com toda a informação sobre o andamento do processo, também poderiam existir reuniões entre as forças políticas ali representadas no sentido de poderem avaliar como a situação estaria a decorrer, independentemente de poderem fazer nas próprias reuniões de câmara.

Referiu que se tratava de uma iniciativa da Câmara Municipal no sentido de superar as dificuldades que todos reconheciam existirem, no sentido de poderem caminhar e fazer as alterações que eventualmente pudesse haver entre as partes para prosseguirem com a execução do contrato, o qual tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, independentemente de quem votou contra, quem se absteve ou quem votou a favor.

Tratava-se de dois órgãos que tinham poder para os atos e a quem tinha sido atribuído pelo voto popular a responsabilidade para a gestão daquele contrato, sendo a responsabilidade primeira que tinha o executivo da CDU. Disse haver uma disponibilidade, uma abertura e um interesse em que as forças políticas ali representadas pudessem contribuir com a discussão em reunião de câmara ou em reuniões que pudessem acontecer, no sentido de preparar a evolução dos resultados da referida comissão paritária.

Disse que poderiam fazer um caminho para que aquele contrato fosse exercido na defesa do interesse público, existiam algumas questões que precisavam de ser melhoradas, porque estavam num processo de conciliação, de fazerem um caminho no sentido de que as coisas pudessem correr bem para quem tinha a responsabilidade da gestão do contrato e correr bem para o interesse público, para o interesse de Setúbal e da sua população.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que quem tinha pelouros atribuídos num executivo colegial, composto por onze elementos, competia fazer a gestão do contrato.



No entanto, quem não tinha pelouros atribuídos competia avaliar, discutir e votar eventuais propostas de modificação ao contrato, da mesma forma que competia a todos os elementos que constituíam a Câmara Municipal, a defesa do interesse público e não apenas aos cinco vereadores que tinham pelouros atribuídos. Apesar das justificações que o senhor presidente apresentara-lhes, a sua bancada mantinha a sua posição, tendo em conta como foi gerida a relação entre os contraentes da concessão.

A sua bancada entendia que aquela comissão iria avaliar não só a execução atual do contrato, mas também eventuais pontos de entendimento que levavam a eventuais modificações dentro daquilo que eram os limites legais. Entendiam que todas as forças políticas que tinham representação naquela câmara, deveriam estar representadas na comissão, devendo fazer parte daquele acompanhamento.

Nos termos daquilo que era o Regimento da Câmara Municipal, solicitou ao senhor presidente que colocasse à votação a sua proposta de alteração, do modo a incluir nos membros da comissão um representante de cada uma das bancadas da oposição da Câmara Municipal.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador que não encontraria em parte nenhuma uma proposta coincidente com aquela que acabara de fazer. A responsabilidade da gestão daquele contrato era da CDU, com o acompanhamento dos técnicos da Câmara Municipal, não havia nenhuma comissão representativa das forças políticas de um órgão, fosse da Câmara Municipal ou outro, para acompanhar uma relação contratual com uma empresa.

Disse caber ao executivo municipal aquela competência e responsabilidade, pelo que não poderiam prescindir daquela responsabilidade, que não existia em parte nenhuma, pelo que também não iria haver na Câmara Municipal de Setúbal. A quem cabia a responsabilidade da gestão daquele contrato na relação com a empresa era a CDU. Se entendessem que seria necessário darem passos com a colaboração de todas as forças políticas ali representadas, no sentido de avançarem na defesa do interesse público, na defesa dos interesses das populações, numa melhor gestão daquele contrato, abriam aquela porta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que já tinha percebido que o senhor presidente não concordava com a proposta da sua bancada, pelo que teriam oportunidade de votar contra, quando regimentalmente votariam a proposta de alteração que ali foi apresentada, seria a democracia a funcionar.

Disse perceberem que a gestão do contrato, tal como foi a sua aprovação, competia exclusivamente aos eleitos da CDU e sobre isso ninguém tinha dúvidas, todos votaram contra, menos os eleitos da CDU. Aquilo que era a negociação de eventuais alterações contratuais e aquilo que era a defesa do interesse público, não deveria ser feito unilateralmente como já tinha acontecido naqueles anos e entendiam que deveria ser discutido de uma forma alargada, devendo integrar todas as forças políticas.

**Sr. Presidente** – Disse que voltaria a repetir, porque o senhor Vereador não entendeu bem. As decisões de eventuais alterações ao contrato passariam sempre pelos órgãos competentes e isso nunca estaria em causa.

Falavam de uma comissão de trabalho que tinha uma competência e o executivo apresentou uma proposta a reunião da câmara, para que a mesma desse o aval àquela iniciativa. Cabia a quem tinha a responsabilidade da gestão do contrato de assumir a sua responsabilidade.

Quando fosse necessário tomar as decisões, certamente que as mesmas iriam à reunião de câmara e cada um assumiria as suas propostas e fazia as alterações como bem entendessem. Numa comissão de trabalho tudo aquilo não fazia sentido nenhum.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse perceber a questão do senhor Vereador Joel Marques, porque só conseguiram recentemente ter uma reunião de trabalho, já solicitada há muito tempo, para falarem sobre aquele assunto. Após terem sido interpelados pela DATAREDE para fazerem uma reunião com os vários partidos da oposição é que foi possível fazerem a referida reunião.

Disse apresentar uma proposta diferente ao senhor presidente. Percebia aquilo que o senhor presidente disse, a gestão do contrato era de quem tinha pelouros, de quem estava no executivo, melhor ou pior a gestão do contrato foi feita pela CDU. Propunha que uma vez por mês se sentassem para conversar sobre aquele assunto, para que lhes apresentassem todas as diligências que fossem tomadas, incluindo as respostas da empresa, para que fizessem o devido acompanhamento.

Referiu que se tratava de uma comissão de trabalho e que para integrar aquela comissão teriam que integrar muitas outras, no entanto, teriam que assumir um compromisso tal e qual como assumiram o compromisso a cada 15 dias irem às reuniões da Câmara Municipal. Criar uma reunião por mês seria o indicado para poderem acompanhar com regularidade aquilo que estivesse a acontecer, para não fossem surpreendidos e não fossem confrontados com alguma informação que desconhecêssem quando reunissem com a DATAREDE. Aquela era a proposta que fazia.

**Sr. Presidente** – Disse que se deveria dar alguma liberdade à comissão para se reunir e elaborar uma proposta de trabalho da própria comissão, com os objetivos que estavam definidos naquela proposta, razão pela qual a proposta seria apreciada em reunião de câmara. Em cada reunião haveria a elaboração de uma ata, sendo que a mesma seria entregue aos senhores vereadores e com a regularidade que os senhores vereadores entendessem ser no final de cada mês, à qual estariam disponíveis para o fazer.

Referiu ser uma proposta que fazia todo o sentido, no entanto, a proposta feita pelo senhor vereador Joel Marques não fazia sentido, porque seria uma situação única no país e eventualmente noutros países onde funcionava o Estado Democrático e onde existiam regras de funcionamento, da responsabilidade de quem era eleito para fazer a gestão, sendo que a gestão era da responsabilidade do executivo da CDU.

A responsabilidade da partilha da informação e tratando-se de uma matéria tão importante como aquela, certamente que poderiam contar com toda a disponibilidade para terem as reuniões com a informação que fosse produzida em resultado do funcionamento da comissão.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que os comentários do senhor Presidente sobre aquilo que era a proposta da sua bancada, que poderia entender que fosse única, no entanto, entendiam que a proposta era justa, já começavam a resvalar para um entendimento que não lhes parecia ser o mais correto.

Solicitou ao senhor Presidente que a proposta da sua bancada de alteração à proposta apresentada fosse colocada a votação nos termos do ponto 4 do artigo 28.º do Regimento da Câmara Municipal, sendo que cada um tomaria as suas decisões.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques, que se tratava de um princípio que posteriormente poderia trazer problemas, porque o executivo CDU não iria prescindir do direito que as populações do concelho lhes deram, de fazer a gestão do município.

O senhor Vereador recorria ao Regimento para obrigar a colocar a proposta a votação, mas aquele tipo de comportamento não trazia nada de positivo para a boa gestão da Câmara Municipal.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Sugeriu uma proposta alternativa, tentando ultrapassar aquela questão. O que estava em causa era uma questão de gestão do contrato, como tantos outros, com muitas nomeações de comissões e grupos de trabalho para acompanhar, cabendo ao senhor presidente ou ao vereador que tivesse o pelouro na matéria, que naquele caso seria da sua responsabilidade.

Propôs que se acrescentasse à proposta de deliberação: *“O resultado de todas as reuniões havidas será dado conhecimento aos eleitos na Câmara Municipal de Setúbal e que serão agendadas reuniões regulares em função das matérias e dos trabalhos resultados da reunião da Comissão”*.



**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora que os Vereadores não tinham nenhuma razão para colocar em causa o compromisso que assumiram após a intervenção da senhora Vereadora Sónia Martins. Como seria natural, em cada reunião da comissão paritária haveria uma ata e as mesmas seriam distribuídas aos vereadores, tal como propusera a senhora vereadora e todos os meses haveria um agendamento de uma reunião para fazerem a avaliação e o acompanhamento do andamento daquele trabalho. Quanto à questão da gestão direta, tudo aquilo ultrapassava aquilo que era razoável na relação entre as forças políticas na Câmara Municipal de Setúbal.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que certamente todos concordariam que não estavam perante um contrato qualquer. A Câmara Municipal tinha muitos outros contratos e outras concessões, que acreditava sinceramente que fossem acompanhadas, apesar de em reunião de câmara nunca terem votado nenhuma comissão de acompanhamento, que certamente seriam acompanhados pelos serviços e eventualmente pelo vereador do pelouro. Disse ser precisamente por estarem perante um contrato, que se revestia de particularidades e de uma grande contestação junto da população, resultado da menção àquilo que era a defesa do interesse público, que qualquer um dos presentes enquanto agentes públicos tinha a obrigação de fazer a defesa daquele interesse, fosse ou não em comissões de acompanhamento de contratos, mas também de todas as outras propostas levadas a votação e a discussão.

A proposta não surgia do nada e era pelas particularidades que toda aquela concessão envolvia e que a sua bancada entendia que deveria haver uma abrangência, maior do que aquela que foi proposta, no acompanhamento daquilo que seriam eventuais propostas de alteração do contrato. Por essa razão mantinham aquilo que era a sua proposta, que o senhor presidente colocasse a votação quando terminasse a discussão.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador, para que não houvesse dúvidas, que se tratava de uma comissão de trabalho. As decisões sobre contratos e eventuais alterações ao contrato, como todos sabiam, só poderiam acontecer através das decisões dos órgãos municipais, estando ultrapassada a questão colocada pelo senhor vereador.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se o executivo da CDU já alguma vez colocou em causa a capacidade de gerir aquele contrato. Se o executivo da CDU quisesse tratar de outra forma, que não fosse tratado com a participação dos senhores vereadores, já tinha iniciado processos judiciais ou outros, no sentido de garantir o cumprimento do contrato. Quando levavam a reunião de câmara aquele tipo de questões significava que existia uma situação muito penalizadora para o interesse público e foi naquele espírito que incluíram aquela proposta.

O executivo podia ter tomado a iniciativa de dirigir aquele pedido de constituição de uma comissão diretamente à empresa. Aquilo que faziam, faziam-no com o sentido de responsabilidade e da dimensão do problema. Aquilo que o senhor Vereador queria passar seria um atestado de menoridade à gestão da CDU e isso não poderia admitir, até, porque foram os votos dos setubalenses e dos azeitonenses que deram aquele poder à CDU, não o deram ao Partido Socialista. O que os senhores Vereadores fizeram desde o início daquele mandato era procurar interferir na gestão municipal, condicionando muitas vezes a decisão e a gestão do interesse público do município.

Disse que não estavam dispostos para permitir a situação como o senhor Vereador apresentava, sendo inaceitável o comportamento do senhor Vereador.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que os eleitos da oposição tinham o direito de apresentar propostas, que fossem diferentes e de ter leituras e entendimento que fossem diferentes, daqueles que eram os rendimentos e as leituras de quem estava no exercício do poder.



Mencionou ser assim com os eleitos da oposição, do PS, do PSD e de outras forças políticas na Assembleia Municipal, fazia parte da vida democrática e fazia parte daquilo que eram as diferenças de opinião devidamente fundamentadas que cada um poderia ter.

O senhor Presidente acabou de afirmar que estava em causa o interesse público no contrato que decorria de uma proposta que tinha sido aprovado com os votos a favor exclusivamente da CDU.

O executivo da CDU pretendia envolver a oposição na decisão, mas não pretendiam envolver a oposição naquilo que era a negociação e por essa razão a sua bancada apresentava uma proposta de alteração.

A discussão daquilo que era a posição do executivo CDU estava feita, a discussão daquilo que era a proposta da sua bancada estava feita, por essa razão solicitava que fosse colocada à votação, nos termos do ponto 4, do artigo 28, do Regimento, a proposta de alteração que o Partido Socialista apresentou, para a comissão integrar um elemento de cada uma das bancadas da oposição da Câmara Municipal.

**Sr. Presidente** – Disse que não concordavam nem aceitavam a proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista. O executivo da CDU tinha sido mandatado pelas populações de Setúbal e Azeitão, para gerir a Câmara Municipal.

Aquele era um contrato que fazia parte da gestão da Câmara Municipal e como tal não prescindiam do mesmo e tudo aquilo que o senhor Vereador propunha era uma alteração ao quadro legal de um Estado de Direito, ao apresentar uma proposta para que o senhor Vereador participasse numa gestão, no entanto, o senhor vereador não tinha esse direito.

Sugeriu ao senhor Vereador Joel Marques que reponderasse a sua posição, porque considerava que seria grave se tomassem o passo seguinte.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tal como os eleitos da CDU, os eleitos do Partido Socialista também foram mandatados pela população, assim como os eleitos do PSD.

Todos ali eram eleitos, não eram nomeados, foram eleitos para defender de acordo com aquilo que foi o programa que apresentaram a sufrágio e de acordo com aquilo que era o seu entendimento, quer daquele contrato, quer daquilo que era a defesa do interesse público, aquilo eram as suas posições de quem os mandatou.

Voltou a reforçar o pedido para colocar a votação aquilo que foi a proposta apresentada pelos eleitos do Partido Socialista.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse estarem numa troca de argumentos há uma série de tempo e estavam sempre a dizer o mesmo. Estando os Vereadores do Partido Socialista a fazer uma proposta dever-se-ia colocar à votação. A sua bancada também colocava à votação para se fazer o acompanhamento daquilo que era a gestão daquele contrato. Uma coisa era acompanhar, outra coisa era negociar e isso teria que ser feito pela CDU. A sua bancada também propunha à votação que se fizesse o acompanhamento mensal. Teriam que votar, teriam que decidir e assumir as responsabilidades de cada um.

Disse ser bom serem prudentes, porque aquele não era um contrato qualquer, não era um contrato igual aos outros, tinha as suas especificidades e era importante acompanhá-lo de uma forma mais pormenorizada, por essa razão propunham que houvesse um acompanhamento mensal. Seria um acompanhamento, não seria executar ou negociar, porque esse não seria o papel do PSD.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora que já tinha dito que concordava e não poderia ser de outra maneira.

Disse que o procedimento que o senhor Vereador Joel Marques propunha era qualquer coisa de inédito na gestão municipal e em qualquer lado.

Solicitou que o senhor Vereador reponderasse a sua proposta. Na política também havia responsabilidades, saber estar na política e saber ocupar o seu lugar no respeito por aquilo que era o voto das populações. Solicitou ao senhor Vereador Joel Marques do Partido

Socialista que reponderasse a sua posição e que não desse um passo que fosse contrário àquilo que era a normalidade do funcionamento das instituições e em particular da Câmara Municipal.

Caso o senhor vereador entendesse manter a sua posição, certamente que colocaria à votação, mas com aquela chamada de atenção. Uma vez que o senhor Vereador insistia que deveria colocar à votação, propôs que os senhores Vereadores votassem.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse compreender as preocupações das diferentes bancadas sobre um tema que lhes ocupou aquele mandato, sendo legítimo as suas preocupações, sendo legítimo os pontos de vista diferentes e o trabalho que cada uma das forças partidárias fizeram junto das populações, encontrando diferenças naquilo que era a apreciação.

Disse que pediu a palavra para reforçar aquilo que o senhor Presidente colocou. Não poderia ser questionada a legitimidade da bancada do Partido Socialista de querer acompanhar aquele processo, de exigir ao executivo municipal que prestasse contas de acompanhamento do processo, estando-se a abrir um precedente gravíssimo daquilo que era a responsabilização que passaria a existir, caso aquela proposta fosse aceite no quadro das responsabilidades dos membros do executivo.

Referiu que havia outra questão que não era de menor importância, que era o próprio órgão onde reuniam, que esvaziaram competências daquelas bancadas no quadro do trabalho da Câmara Municipal e do executivo municipal.

Naquele quadro, que era um quadro de democracia, qualquer vereador tinha a legitimidade de questionar, de interrogar e de solicitar toda a informação que entendesse das mais diferentes matérias abordadas e votadas em reunião de câmara.

Aquilo que era trazido por parte do Partido Socialista abria um precedente totalmente distinto de tudo aquilo que assistiram. Não era questionar, não era solicitar, não era interrogar, não era querer ter a legitimidade da informação sobre a matéria, mas era querer ser parte ativa no processo que estaria relacionado com o estacionamento e nomeadamente a proposta daquela comissão.

A partir do momento em que se colocasse à votação abria-se um precedente, para que em outros momentos o Partido Socialista sentisse a vontade de querer voltar a fazê-lo.

Quando estavam no quadro da oposição, deveriam sempre pensar sobre os dois pontos de vista e perceber se seria uma forma que cada um tinha de olhar para o exercício democrático e como cada um pretendia participar no ato democrático.

Referiu que os senhores Vereadores insistiram na premissa da correlação de forças num quadro de correlação de forças, bem sabiam que a CDU não tinha maioria, exigindo uma discussão mais ampla das matérias, no entanto, outra coisa era aquilo que os senhores Vereadores propunham.

A proposta feita pela senhora Vereadora Sónia mantinha o princípio do acompanhamento e da exigência ao executivo municipal, distinguindo-se profundamente do envolvimento e da integração de membros do executivo municipal, sem pelouros de gestão, naquilo que era aquela matéria.

Não estava em causa o princípio da informação, não estava em causa o princípio da partilha do acompanhamento do processo, mas estava em causa a exigência por via da proposta do Partido Socialista que a ser votada, independentemente da votação, abria um precedente grave naquilo que era o quadro e no olhar da competência daquele órgão, razão pela qual deixava à reflexão do Partido Socialista se pretendia considerar, estando uma disponibilidade em aberto e uma exigência colocada da parte do Partido Social Democrata para o trabalho poder ser feito de acordo com aquilo era a urbanidade e as responsabilidades do Presidente da Câmara Municipal e da Vereadora que acompanhava aquele pelouro.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse poderiam ser confrontados com um conflito de interesses, porque começavam por confundir aquele que era o negociador com aquele que era o decisor, pelo que teria que ser acautelado, porque nenhum dos presentes se queria colocar naquela posição.

**Sr. Presidente** – Disse que o Partido Socialista não entendia a situação.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não se tratava de uma comissão puramente técnica, a comissão integrava também a Vereadora do pelouro, pelo que a referida comissão seria decisora.

Entendiam que a proposta da bancada do Partidos Socialista era uma proposta justa, deveria ser colocada à votação e cada uma das forças políticas votaria em conformidade.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a questão se complicava do ponto de vista institucional. A proposta do Partido Socialista era uma proposta de alteração à proposta apresentada pelo senhor presidente.

A CDU decidira - e bem - trazer a reunião de câmara uma proposta que o senhor presidente solicitava a composição de uma comissão, que o próprio poderia designar, no entanto, levou a reunião de câmara para lhe dar uma dignidade superior e mais força, até para corresponder às preocupações dos outros partidos presentes naquela câmara.

Para evitar um choque institucional, do ponto de vista legal da concessão daquele órgão, a melhor hipótese de todas seria retirar a proposta e por essa via cairia a alteração e o senhor presidente da câmara nomeava a referida comissão, com o compromisso assumido naquela reunião de câmara, de acordo com a posição assumida pela senhora vereadora Sónia Martins. Significava que o senhor Presidente nomearia a comissão e a mesma prestaria contas mensalmente à câmara.

Em vez de ter uma comissão com o voto reforçado daquela câmara, para ter mais peso e autoridade para a sua função, o senhor presidente da câmara nomeava a comissão, retirava-se a proposta, caía a proposta do PS e assumia-se naquela câmara o compromisso da prestação de contas a regular naquela matéria.

Aquela solução resolvia aquele imbróglio institucional que se poderia colocar com um precedente, que provocasse uma intromissão que passasse ilegítima, caso fosse aceite, de envolvimento de propostas e decisões que chocariam com a normalidade da gestão.

A sua proposta seria a mais razoável e teria a solução do problema, com uma comissão que acompanhasse o processo da forma mais intensa, de acordo com os objetivos definidos e teriam a prestação de contas regular e sistemática nas reuniões de câmara, de acordo com a proposta da senhora Vereadora Sónia Martins.

**Sr. Presidente** – Disse que o executivo da CDU apresentou a proposta em reunião de câmara, porque entendera que era a melhor forma de conseguir com a empresa fazer um caminho de cumprimento do contrato, de eventuais alterações e adaptações, mas sempre num consenso. A proposta foi apresentada em reunião de câmara para reforçar a importância que a Câmara Municipal dava àquela iniciativa da conciliação e de um caminho que não fosse conflitual para onde descambava.

Por essa razão, persistiu com o senhor Vereador, para que não continuasse a insistir numa proposta de alteração. Seria um precedente que consideravam que não era adequado no bom funcionamento institucional. Haveria também a possibilidade colocada pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, de retirar a proposta e o executivo CDU tomaria a iniciativa de se dirigir diretamente à empresa e fazer a proposta.

Certamente que aquilo teria um significado que seria a postura de um partido que tinha assento na Câmara Municipal e que pretendia pela sua iniciativa não dar a força, que era importante para a proposta.

Caso o senhor Vereador não estivesse de acordo com a proposta, votava contra a proposta, estando no seu papel legítimo. Insistir em fazer uma proposta de alteração era qualquer coisa que saía daquilo que era a normalidade do funcionamento institucional.

Apelou à reponderação do senhor Vereador de não colocar uma proposta de alteração, que colocaria em causa o princípio do bom funcionamento e da responsabilidade da gestão da CDU.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a proposta dos eleitos do Partido Socialista reforçava o peso que se queria dar à proposta que lhes foi apresentada, porque a sua proposta não era de integrar os eleitos do Partido Socialista, mas de integrar eleitos de ambas as bancadas da oposição, reforçando aquilo que era a posição do município, nas discussões relativas a eventuais alterações ao contrato que ocorressem.

O senhor Presidente saberia o peso político e institucional que pretendia para aquela proposta.

Disse que percebeu que o senhor Presidente não pretendia integrar a restante oposição, certamente iria votar contra a proposta de alteração. Não querendo apresentar a proposta de alteração retiraria peso institucional e político. Segundo a sugestão do senhor Vereador Carlos Rabaçal seria uma decisão apenas do senhor Presidente.

**Sr. Presidente** – Disse compreenderem a forma de o Partido Socialista se posicionar em questões de grande importância, como seria aquele caso da gestão de um contrato daquela dimensão e daquele impacto no território. Aquela era uma posição do Partido Socialista, já não era primeira vez que acontecia, ficando bem demonstrado como o Partido Socialista se posicionava.

Disse que iria seguir a recomendação do senhor vereador Carlos Rabaçal, porque considerava porem em causa princípios de bom funcionamento e de responsabilidade de gestão da Câmara Municipal. A Intervenção e a postura do Partido Socialista eram contrárias àquilo que era a gestão normal do funcionamento das instituições.

Informou os vereadores que retirava a proposta.

Agradeceu a posição do Partido Social Democrata, que permitia, como seria adequado e normal, o bom funcionamento das instituições e a articulação das forças políticas com valores democráticos.

#### **4. Deliberação n.º 548/2024 – Proposta n.º 107/2024 – DAF/DICOR – Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas do Município de Setúbal | Relatório anual de execução – 2022/2023**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinham verificado naquele relatório que existiam duas medidas, cuja implementação ainda não estava no período em que o relatório tinha sido analisada, nomeadamente a verificação do controlo dos custos de contratos relativamente aos valores orçamentados e/ou contratados, bem como a questão relativa à verificação de existência de impedimentos referente à participação de eleitos locais, de funcionários ou de familiares em órgãos sociais das entidades beneficiárias.

Questionou se aquelas medidas que eram relevantes, estavam naquele momento em implementação, uma vez que o relatório se referia a um período passado, e se não fosse o caso, quando se previa que elas viessem a ser implementadas.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que tinham recebido um relatório, cerca duas horas antes de iniciar a reunião, onde não vinham identificadas as alterações, sendo que aquilo que iria expor era com base no documento que tinha recebido anteriormente. Aquele relatório abrangia um período de 2022 a 2023 e estavam em outubro de 2024, algumas delas que estavam parcialmente implementadas já estariam totalmente implementadas e outras que ainda não tinham sido iniciadas poderiam já estar parcialmente implementadas.

Pretendia chamar a atenção para alguns pontos bastante críticos, porque eram muito frequentes, mas antes pretendia dar uma sugestão.



Referiu que naquele tipo de documento era comum terem as datas em que era previsível serem executadas as medidas e quando as mesmas eram executadas, sendo um bom mecanismo de execução e de controlo nas implementações. Uma das coisas que lhes tinha chamado a atenção estaria relacionado com a implementação do modelo de controlo de custos, através de uma aplicação informática adequada, no que dizia respeito à questão dos contratos, porque era urgente e não estava sequer iniciado.

Disse que lhe tinha suscitado alguma preocupação aquilo que estaria relacionado com o controlo interno das normas de execução do orçamento, a salvaguarda de fraudes e de erros. Gostaria de perceber se já tinham conseguido implementar na sua totalidade o pagamento médio de 90 dias, atendendo à data de vencimento. No próprio relatório referia que era uma situação a melhorar no futuro, vindo assinalado como parcialmente implementado.

Instituir a obrigatoriedade de inclusão da declaração de inexistência de conflitos nos processos, ainda não estava aplicado, mas certamente que os próprios serviços conseguiriam fazer com alguma celeridade.

Quanto à deficitária fiscalização dos apoios concedidos, uma vez que vinha classificado como frequente, era importante terminarem aquela implementação para que se conseguisse a respetiva fiscalização em tempo real e de uma forma rigorosa.

A questão do cumprimento dos processos por ordem de entrada, no que dizia respeito ao urbanismo, sabendo que havia um processo de transição digital em curso, seria importante perceber se já estaria concluído, porque iria ser uma grande mais valia.

Salientou que estava parcialmente implementado, de acordo com o relatório, a formação específica dos gestores de contrato. A formação era muito importante, porque o gestor do contrato tinha um papel muito importante no acompanhamento do contrato e naquilo que era a sua execução, sendo necessário que aquelas pessoas tivessem formação específica. Pretendiam perceber qual o estado daqueles acompanhamentos até ao presente mês.

**Sr. Presidente** – Disse que de acordo com o que constava no relatório, a alteração que tinha sido feita, não tinha nenhum significado de maior. Em síntese, o relatório referia que o mesmo tinha sido executado com uma taxa de 70%. Tratava-se de um relatório que os serviços estavam a desenvolver, que nas suas conclusões e recomendações, o mesmo seria elaborado com base na estrutura orgânica anterior, por essa razão era necessário que o próprio plano fosse alterado no sentido de corresponder à nova estrutura orgânica.

Disse que estavam identificados todo um conjunto de situações, sendo que 70% das questões identificadas estavam a ser cumpridas e controladas. Esperavam que o plano e o relatório para 2024 fosse desenvolvido nos aspetos que estavam identificados no próprio relatório. Os serviços iriam ter em conta as questões que os vereadores colocaram no sentido de poder vir a considerar no relatório referente a 2024, aprofundando e alargando as preocupações que estavam em causa. Caso os senhores vereadores entendessem, valeria a pena reunir com a equipa que dirigia a elaboração daquele plano, no sentido de aprofundar a forma como o relatório estaria a ser desenvolvido. No entanto, estando a 70% naquela fase e que no próprio plano eram identificadas um conjunto de situações que precisavam de ser aprofundadas, haveria a disponibilidade e o empenhamento por parte da equipa que coordenava aquele trabalho para que no plano de 2024 pudessem ter um avanço substancial relativamente àquilo que tinha sido feito em 2023.

Algumas das questões que tinham sido ali identificadas e que não constavam no relatório certamente que os serviços teriam em conta o que ficaria em ata.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**5. Deliberação n.º 549/2024 – Proposta n.º 108/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 39/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 6 meses – Abertura**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 550/2024 – Proposta n.º 109/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Renovação da concessão do direito de exploração do estabelecimento, designado por “Delice Garden”, sito na Praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal - RETIRADA**

Retirada a pedido do senhor Presidente.

**7. Deliberação n.º 551/2024 – Proposta n.º 110/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Alienação de parcela de terreno, sita em Rua B do Bairro João Ferreira, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente retirou as deliberações n.ºs 552 a 554, para melhor apreciação por parte dos serviços.

**8. Deliberação n.º 552/2024 – Proposta n.º 111/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, n.ºs 59, 61, 63, 65 e 67, e Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 100,102,104 e 106, da União de Freguesias de Setúbal - RETIRADA**

Retirada a pedido do senhor Presidente.

**9. Deliberação n.º 553/2024 – Proposta n.º 112/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Hasta pública para alienação de dois lotes de terreno, sitos no loteamento do Bairro Afonso Costa, da Freguesia de São Sebastião – RETIRADA**

Retirada a pedido do senhor Presidente.



**10. Deliberação n.º 554/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DCTUR/DIPRIC – CD-ARICD, Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios – Quota referente ao ano de 2024 - RETIRADA**

Retirada a pedido do senhor Presidente.

**11. Deliberação n.º 555/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DRH/DIDEC – Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente – Alteração à composição**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 556/2024 – Proposta n.º 15/2024 – DRH/DIGAT – Realização de novas diligências no âmbito do processo disciplinar n.º 4/2023**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a proposta ia no sentido de realizar novas diligências relativas aos factos dados como provados. A sua bancada entendia que os factos dados como provados não precisavam de novas diligências, aquilo que precisavam eram de diligências para saber se os factos tinham ou não sido provados. Sugeriu que fosse retirada a menção aos dados como provados, mantendo-se apenas na proposta no que respeitava aos factos.

**Sra. Vice-Presidente** – Referiu que os factos foram dados como provados, não pela Câmara, mas pela instrutora do processo e era aquilo que se pretendia referenciar.

Disse que não via nenhuma questão que não pudesse ser retirado “*factos dados como provados*” ou acrescentavam pela instrutora do processo, ou poderiam retirar no sentido do “*apuramento das responsabilidades dos intervenientes e responsáveis relativos aos factos*”.

No entanto, eram factos que já eram dados como provados.

Mencionou haver alguma questão que até seria redundante, de qualquer modo poderia retirar “*dados como provados*”, porque não alterava a questão da deliberação, sendo que o principal da deliberação estaria relacionado com os prazos que não foram indicados pelos membros da câmara. De acordo com a legislação, tinham que indicar um prazo para as novas diligências.

Disse que poderiam também acrescentar “*dados como provados pela instrutora do processo*”.

**Sr. Presidente** – Disse que os factos eram factos, sendo o relatório feito pela relatora do processo, pelo que seria preferível acrescentarem nos termos do...

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a questão se prendia apenas, porque o conteúdo da reunião privada decidira retirar aquela proposta. No decorrer da discussão terá havido uma ênfase muito grande na questão da prova e foi precisamente por essa razão que se sugerira que fossem desenvolvidas novas diligências, por essa razão faziam aquela proposta, mas

não lhe chocava que acolhessem a proposta da senhora Vice-Presidente, no sentido em que remetia para aquilo que era o relatório anteriormente apresentado.

**Sr. Presidente** – Disse que se acrescentava à proposta “*pela instrutora do processo*”.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 557/2024 – Proposta n.º 110/2024 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 558/2024 – Proposta n.º 111/2024 – DCDJ – Feira de Sant’Iago 2025 – Datas de realização**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 559/2024 – Proposta n.º 112/2024 – DCDJ/DIDES – Associação de Dança Desportiva – Pedido de apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 560/2024 – Proposta n.º 113/2024 – DCDJ/DIDES – Clube de Ginástica de Portugal – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 561/2024 – Proposta n.º 114/2024 – DCDJ/DIDES – Associação Ritmus Bounce, Academia de Dança Desportiva para a participação de uma prova de dança desportiva – Pedido de apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 562/2024 – Proposta n.º 186/2024 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia sobre a viabilidade de realização de operação urbanística com impacte relevante - Processo n.º 13/24**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexos à presente ata sob o registo n.º 40.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Apresentou a proposta e na parte deliberativa acrescentou o seguinte: Face ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal delibere a aprovação prévia favorável "*condicionada aos pareceres entretanto emitidos pelas entidades*".

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 563/2024 – Proposta n.º 187/2024 – DURB/DIGU – Licença de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 3/74 - Processo n.º 42**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 564/2024 – Proposta n.º 188/2024 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa MORNING PERSPECTIVE, Lda. - Processo n.º 21/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 a 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 565/2024 – Proposta n.º 189/2024 – DURB/DIGU – Retificação da deliberação de câmara n.º 762/2023 de 07 de junho e minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa construções Manuel Rodrigues Gomes, Lda.**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 a 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 566/2024 – Proposta n.º 190/2024 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a empresa NELSON LOPES – Construções e Promoção Imobiliária Unipessoal, Lda. - Processo n.º 1111/21**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 a 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 567/2024 – Proposta n.º 191/2024 – DURB/DIMOT – Estacionamento para uso privativo - 1 lugar, na Av. Dr. António Rodrigues Manito**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 a 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sra. Ana** – Disse que a Associação de Direito ao Descanso Setúbal estivera presente naquela mesma sala, pela primeira vez, há onze meses, para que o problema do ruído em Setúbal e, nomeadamente o problema do ruído noturno não fosse mais ignorado pelas autoridades responsáveis da proteção do bem-estar dos cidadãos. Estavam ali com orgulho do caminho percorrido, porque uma grande etapa da sua luta decorria, o novo Regulamento do Ruído Ambiental de Setúbal que tanto reclamaram estava em consulta pública até ao dia 7 de outubro.

A sua Associação enviaria muito em breve a sua participação elaborada, conjuntamente com a sua advogada, a Dra. Carla Matos. Trabalharam intensamente para chegar àquela etapa, tendo sempre presente a sua mente, dois princípios fundamentais.

Existia um Regulamento Geral do Ruído que era para ser aplicado por todos e dentro daquele enquadramento era necessária e possível uma coexistência harmoniosa entre o direito superior ao descanso e o direito à iniciativa privada, naquele caso, à atividade de diversão noturna.

O regulamento atualmente em vigor, como dissera claramente o senhor Presidente no seu primeiro encontro, não permitia até ao presente o cumprimento da lei, por falta de regras claras, específicas e facilmente aplicáveis graças a uma fiscalização adequada.

No parecer que lhes seria enviado, encontrariam uma análise extensiva das 39 páginas do documento.

Disse ser importante reconhecer os progressos substanciais que representavam os novos requisitos exigidos para o funcionamento das atividades ruidosas permanentes, tais como limitadores de som, portas e janelas fechadas, antecâmara, som amplificado proibido em esplanadas, etc., que muitos outros regulamentos municipais do país já tinham adotado há anos. Escolherem salientar dois pontos que lhes pareciam essenciais para dar a conhecimento de todos, no momento em que tinham coletivamente a oportunidade e o dever de melhorar com aquele novo regulamento o bem-estar futuro de Setúbal.

O primeiro era a questão da fiscalização, tratava-se de um problema crítico daquele novo regulamento, tal como já o era no regulamento anterior, que claramente poderia fazer com que ele não fosse exequível. Com a exceção do ruído de vizinhança, que era da responsabilidade da PSP e cujas medidas estavam bem definidas, todas as outras medidas de fiscalização do ruído produzido pelos estabelecimentos noturnos, eram da responsabilidade da câmara, sem que existissem especificadas medidas concretas a serem tomadas para cada tipo de infração. Mesmo imaginando uma fiscalização rápida e eficiente da parte da câmara, apesar da própria reconhecer não ter os recursos humanos e materiais suficientes para tal, também nada ali abordava e resolvia a questão do flagrante delito de violação da lei durante a noite. Tratava-se de um vazio que deixava a população na mesma situação dramática de sempre, fim de semana após fim de semana sem dormir e sem ter uma porta à qual bater para fazer cessar o inferno.

Não entendiam o porquê de um tratamento tão diferente entre o ruído de vizinhança, que era ocasional, e a atividade ruidosa permanente quando esta era sem comparação mais incomodativa e mais grave.

antidepressores.

Disse terem uma oportunidade única de pôr um ponto final a filas de queixas em espera, a anos de conflitualidade crescente e a um risco aumentado de judicialização daquele tema desgastante e prejudicial para todos e de juntos tomarem o caminho do bem-estar e da prosperidade.

Questionou a senhora vice-presidente quais seriam as últimas etapas daquele processo até à votação final em Assembleia e qual o tratamento que seria dado às participações que iriam receber.

Agradeceu a atenção do senhor Presidente, das senhoras e senhores vereadores e convidou todos os cidadãos que os ouvia, a participar na consulta pública que terminava dia 7.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou a munícipe que o documento estava até ao dia 7 em consulta pública, posteriormente todas as participações seriam compiladas, seria feito um relatório sobre todos os contributos que teriam que ir a reunião de câmara com a justificação de serem ou não aceites. Aquele trabalho iria ser realizado pela Comissão de Poluição Sonora, sendo um órgão multidisciplinar que existia no município, onde estavam presentes vários serviços da Câmara Municipal, seria posteriormente aprovada em reunião de câmara e seguiria para apreciação em sessão da Assembleia Municipal.

Disse que também dependeria do volume de sugestões que o próprio regulamento recebesse para poderem dar continuidade ao processo. Quando fechassem o processo, teriam mais ou menos uma noção de qual seria o tempo que ainda seria necessário para a análise de todas as participações.

**Sra. Ana** – Questionou se existia um prazo legal para a respetiva análise ou se seria uma coisa variável.



**Sra. Vice-Presidente** – Informou que não existiria um prazo legal, porque o mesmo iria depender muito do número de participações, para poder ser melhor apreciado. Os serviços só dariam continuidade ao processo quando o mesmo fosse encerrado, após receberem todas as participações e dependendo da complexidade daquilo que fossem as sugestões.

**Sr. Presidente** – Disse que viver em comunidade e num espaço urbano não era fácil. O aprofundamento dos problemas e o benefício da vida em comunidade fazia-se ao longo do tempo, pelo que estariam nesse caminho. Naquele sentido agradeceu à senhora munícipe e à Associação o facto de terem ido à reunião de câmara e de despoletar aquela iniciativa, que lhes permitiria criar melhores condições para resolver aqueles problemas do ruído, resultado de uma vida em comunidade e que cada um, em função dos seus interesses, tinha dificuldade em respeitar os interesses dos outros. Disse que aquele caminho fazia-se caminhando e no caso daquele processo estaria em discussão pública, os munícipes poderiam participar e dar as sugestões no sentido de melhorar. Os serviços técnicos fariam o trabalho que lhes competia e posteriormente a Câmara Municipal haveria de apreciar e tomar a decisão, sendo posteriormente enviado para a Assembleia Municipal. Tratava-se de um regulamento com efeitos externos.

Não significava que com aqueles passos importantes que dariam fossem resolvidos todos os problemas, porque certamente não iriam ficar. Esperavam que fossem dados passos muitos importantes no sentido de defender o bem-estar das populações, mas também a salvaguarda do desenvolvimento económico. Disse que se referia às atividades económicas que tinham as suas dificuldades em adequar-se à nova legislação, pelos investimentos que tinham de ser feitos.

Agradeceu a compreensão, a iniciativa e toda a disponibilidade, bem como todo o empenhamento por parte da Associação. Referiu que da parte do executivo iriam fazer o que lhes competia e no final certamente que o resultado seria o melhor. Trava-se de um processo que haveria de continuar e era naquele sentido que valia a pena irem sempre contribuindo para melhorar a qualidade de vida de quem escolheu Setúbal para viver.

**Sra. Ana** – Agradeceu o apoio do senhor Presidente e concordou com o facto de que nem tudo iria ser resolvido imediatamente, por essa razão salientaram o problema da fiscalização, porque sem fiscalização não haveria melhoras.

**Sr. Paulo** – Disse que lhe retiraram da casa por não pertencer ao agregado familiar do seu pai. A casa estava selada acerca de dois meses e desconheciam que tivesse existido alguma ação judicial. Disse que a sua mãe era uma pessoa doente sendo tirada à força da sua casa, continuando ambos a dormir na rua.

Pagou 180 euros para dormir numa pensão, mas dado o baixo ordenado seria muito difícil poder continuar a dormir na pensão. Deslocara-se ao plantão na semana anterior, tendo sido ajudado a pernoitar apenas uma noite na Pensão Todí.

**Sr. Presidente** – Informou o munícipe que o problema estava sinalizado há bastante tempo. Tratava-se de processos que aconteciam e que lhes marcavam muito. Tinha a certeza que os serviços da Câmara Municipal acompanhavam aquele problema, estando a desenvolver esforços para encontrar uma solução. Não era apenas a Câmara Municipal que tinha a responsabilidade para encontrar soluções para aqueles problemas, mas era sempre à Câmara Municipal que iam parar todos aqueles problemas.

No entanto, as entidades que tinham responsabilidades sobre aquela matéria também teriam de dar o seu contributo.

**Sr. Paulo** – Apesar de não ter sido aceite no agregado familiar do seu pai, fez pagamento em dívida com o valor da renda mensal, até o seu pai falecer em dezembro de 2022.

Em janeiro/fevereiro de 2023 recebera uma carta da Dra. Raquel Levy informando-o que teria que abandonar a casa e que deixaria de pagar mais rendas. Terá dito à Dra. Raquel e ao

senhor Vereador Carlos Rabaçal que a sua mãe era uma pessoa doente e não tinha outra casa para viver, daí ter permanecido sempre naquela casa até lhe ter sido retirada. Disse que não era fácil arrendar casas nem quartos.

**Sr. Presidente** – Referiu que o processo que era seguido nos termos dos regulamentos e os serviços de inclusão social acompanharam a situação, sinalizando as entidades que tinham competência naquela matéria no sentido de ajudar a resolver o problema, mas infelizmente ainda não foi possível.

**Sr. Paulo Santos** – Disse que as suas coisas ficaram na referida casa, inclusive a medicação da sua mãe que era diabética.

**Sr. Presidente** – Disse que a situação relacionada com os bens do senhor Paulo e a medicação da mãe seria uma coisa que poderia ser ultrapassada pelos respetivos serviços.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Sugeriu ao senhor Paulo que fosse falar consigo no dia seguinte, pelas 14 horas, para acerto da situação.

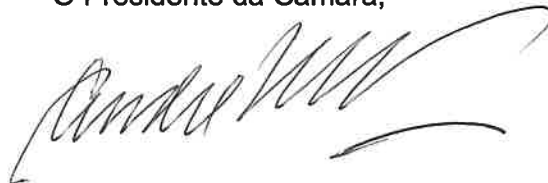
Disse terem muitas situações de pessoas que estavam em casas municipais, mas que não tinham direito às casas e tinham pessoas em lista de espera que tinham direito às casas.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 12 de fevereiro de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 30 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada por:  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Sofia Casas Novas

